

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I

ROGERIO MOLLICA

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

GUILHERME APARECIDO DA ROCHA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito administrativo e gestão pública [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Guilherme Aparecido da Rocha; Livio Augusto de Carvalho Santos; Rogerio Mollica – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-692-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito administrativo 3. Gestão pública. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA I

Apresentação

As pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho de “Direito Administrativo, Gestão Pública, Direito Tributário, Financeiro e Processo”, do VI Encontro Virtual do CONPEDI, revelaram temas atuais e inéditos, com propostas aptas a contribuir com a evolução do desenvolvimento do Direito no Brasil, em conexão com o tema central proposto (Direito e Políticas Públicas na Era Digital).

Tivemos a satisfação de presenciarmos a exposição de alunos de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras, de instituições públicas e privadas. Matérias dinâmicas que merecem atenção da comunidade científica também foram abordadas, o que revela o grau de qualidade dos eventos do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

A primeira pesquisa, com o título “Inexigibilidade de licitação para artista consagrado: o desafio para fiscalização dos princípios de moralidade e economicidade, em 2022, no Município de Conceição do Araguaia-PA” foi apresentada por Rebeka Emily Lima Lopes, e revelou importante espaço para o debate entre os presentes. A abordagem revelou adequada contribuição teórica.

A pesquisadora Andreylla Stefani Garcia Dominici apresentou trabalho com o título “Agenda regulatória: normatização com vistas à publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência na concessão de serviços públicos”. O trabalho forneceu provocações relevantes no contexto da regulação de serviços públicos e recebeu sugestões ao desenvolvimento da análise.

O trabalho com o título “Monitoramento e avaliação de parcerias na Assistência

Social do Município de Goiânia entre 2017 e 2020” foi apresentado pelos pesquisadores Alexandre Borges Rabelo e Renato Henrique Fonseca de Figueiredo Neiva Moura. A

orientação coube ao Professor José Querino Tavares Neto. A proposta, com análise multidisciplinar, viabilizou relevante discussão no âmbito da gestão pública.

O pesquisador Yuri de Souza Belleza apresentou o trabalho “O assédio processual no direito administrativo sancionador frente às infundadas ações de improbidade administrativa em face de agentes políticos”, propondo discussão sobre demandas ajuizadas sem caráter técnico.

O trabalho com o título “Políticas públicas culturais: uma análise de como o Município de Franca atua no despertar cultural de crianças na primeira infância” foi apresentado pela pesquisadora Amanda Taha Junqueira. A pesquisa foi orientada pelo Prof. José Sérgio Saraiva. O trabalho, amparado por pesquisa de campo, demonstrou preocupação pedagógica no contexto das políticas públicas culturais.

O pesquisador Marcos Antonio Tolomeu Filho, orientada pela Prof^ª. Jéssica Amanda Fachin expôs trabalho com o título “Violação à lei geral de proteção de dados por agente público: incorrência em ato de improbidade administrativa”, que foi objeto de debate e recomendações. A leitura crítica revelou problema de pesquisa atual e pertinente, compatível com o objetivo estruturado.

O trabalho com o título “O pagamento indevido à servidor público de boa-fé e a obrigação de restituir” foi apresentado por Pablo Martins Biagioni de Menezes e viabilizou debates e sugestões sobre a temática, inclusive para o âmbito do gestor público.

A pesquisadora Fernanda Carvalho Nascimento, orientada pelo Prof. Fabio Fernandes Neves Benfatti apresentou o trabalho “A extensão das consequências da equiparação de garantias da execução no novo código de processo civil: os

argumentos da fazenda nacional em relação à suspensão da exigibilidade do crédito tributário”. O trabalho viabilizou o debate sobre a equivalência dos métodos de garantia da execução, a partir de um núcleo de pesquisa bem construído.

O último trabalho foi apresentado pela pesquisadora Ana Flávia Figueiredo Barbosa, com o título “Análise jurídica crítica de instrumentos da atividade financeira do estado da perspectiva do objetivo de reduzir desigualdades”. A pesquisa foi objeto de debate e sugestões, como a abordagem do papel do Tribunal de Contas face à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As pesquisas revelaram a abordagem de temas atuais, com propostas de releitura inovadora de assuntos já debatidos, bem como de temáticas inéditas. A contribuição fornecida é inegável e o ineditismo de muitos trabalhos corrobora a relevância dos eventos organizados pelo CONPEDI.

É nesse contexto que, como coordenadores do presente Grupo de Trabalho, apresentamos os trabalhos indicados acima, certos da contribuição que oferecem ao cenário jurídico nacional.

Prof. Dr. Rogerio Mollica

Prof. Dr. Livio Augusto de Carvalho Santos

Prof. Dr. Guilherme Aparecido da Rocha

Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária: uma saída para o Brasil

Marcio Aleandro Correia Teixeira¹
Ludymilla De Kassia Nogueira

Resumo

INTRODUÇÃO

A Eco 92 foi o ponto de partida para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse na agenda dos cinco continentes. As delegações de 175 países, entre chefes de estado, ministros de estado, assim como, movimentos sociais, sociedade civil e empresas compareceram com o objetivo de propor um novo modelo de desenvolvimento econômico que se alinhasse à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais, estabelecendo as bases para o enfrentamento da crise econômica, social e ambiental. Assim, para um desenvolvimento sustentável é fundamental para atender interesses públicos, como a inclusão social e econômica, baseados em princípios constitucionais. Nesse sentido, nossa pesquisa visa analisar os entraves na formalização de contratos entre a Administração Pública e os Empreendimentos Econômicos Solidários para promoção de uma economia solidária, com base em princípios de cooperação, solidariedade, autogestão e sustentabilidade.

PROBLEMA DE PESQUISA

O tema da Reforma do Estado compreende uma das questões centrais para enfrentamento dos problemas vividos pela sociedade brasileira, em geral e, pela sociedade maranhense, em particular. Nosso problema de pesquisa parte de questões formais no processo de formalização de contratos administrativos entre a Administração Pública e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Estado do Maranhão, verificando quais as estratégias públicas, incentivos e políticas públicas para fixação de marcos regulatórios adequados para a transferência de serviços públicos para a iniciativa privada. Assim, partindo do debate sobre o Plano Nacional de Publicização, buscaremos distinguir as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada com fins lucrativos (terceirização), da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada sem fins lucrativos (publicização). Compreende-se que a terceirização está orientada para o lucro no mercado capitalista, enquanto a publicização está orientada para o interesse público no Estado de Direito. Todavia, a publicização encontra barreiras em demandas judiciais e dificuldades burocráticas. As bases do processo de transição encontram-se reguladas, na publicização e no cooperativismo. No entanto, o processo de desenvolvimento exige vontade política para instrumentalização sustentável e solidária na construção de saberes democráticos.

OBJETIVO

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

Analisar a estrutura procedimental para formação, regularização e desenvolvimento de atividades econômicas, verificando as estratégias do poder público para incentivar e fomentar soluções para as dificuldades sociais e econômicas da sociedade brasileira, analisando as relações custo-benefício e custo-efetividade.

Construir um arcabouço teórico capaz de analisar as iniciativas executivas, legislativas e judiciais, objetivando a valorização do desenvolvimento econômico sustentável, dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Analisar o enquadramento legal das políticas fiscais, tributárias e financeiras promovidas pelo Estado brasileiro e seus entes federados, analisando a razoabilidade e proporcionalidade dos investimentos dedicados ao Segundo Setor (pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos) e para o Terceiro Setor (pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos) para melhor atender as necessidades e os interesses social.

MÉTODO

Para efeito deste projeto utilizamos a metodologia de modelos baseada em agentes, abordagem metodológica centrada nos sujeitos (Empreendimentos) situados em contextos específicos (Setores) e que seguem regras definidas na Esfera Estatal (constitucionais, infraconstitucionais e infralegais). A principal estratégia da pesquisa na coleta e análise de dados é utilizar a base de dados abertos e os portais da transparência, partindo de evidências e promover um tratamento de Avaliação de Políticas Públicas, utilizando indicadores como transparência no acesso à informação, além de análises da relação custo-benefício e custo-efetividade.

RESULTADOS ALCANÇADOS.

Formalização de economia solidárias buscando o acesso a direitos essenciais dos trabalhadores que a compõem e a busca por uma legislação específica, que contemple as economias solidárias e o desenvolvimento sustentável, para a concretização de contratos administrativos mais efetivos entre essas entidades e a Administração Pública, representando um obstáculo aos benefícios sociais que elas podem trazer.

A pesquisa visa produzir e compartilhar conhecimentos acerca do papel do ente estatal na regulação e fomento de atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e sustentável por meio de produções científicas para um amplo debate, proporcionando assim uma maior visibilidade aos critérios utilizados na fixação de políticas de incentivos fiscais, tributários e financeiros, analisando os mecanismos de instrumentalização e procedimentalização das rotinas formais, estratégias e linguagens, na promoção de benefícios, ampliando os

investimentos em pesquisa, geração de empregos e renda.

Palavras-chave: Empreendimentos, Formalização, Regulamentação

Referências

REFERÊNCIAS

CRUZ, June Alisson Westarb et.al. Avaliação de desempenho no Terceiro Setor: uma abordagem teórica da strategic accounts. Revista Brasileira de Estratégia [REBRAE]. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 11-26, jan/abr. 2009.

FLACSO BRASIL. Guia do Diagnóstico Participativo. 2ª edição. Flacso, 2021.

LANZA, Líria Maria Bettioli [et. al.]. Dicionário Popular da Economia Solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. As organizações sociais e o Supremo Tribunal Federal. Boletim de Direito Administrativo. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 150-160, fev. 2009.

PIRES, Maria Coeli Simões. Reforma do Estado e Organizações Sociais. Conferência proferida em 26 de agosto de 1998 no Curso de Atualização em Direito Administrativo promovido pela Escola Superior da Advocacia de Minas Gerais – OAB/MG [mimeo].

PEREIRA, Luiz C. Bresser. Economia brasileira: uma introdução crítica. São Paulo: Editora 34, 1998a. (Sexta Parte. Crise e Reforma, p. 163-214).

_____. A Reforma do Estado dos Anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista Lua Nova. n.º 45, 1998b.

_____. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996. (Parte 4. As reformas, p. 207-214).

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA ONU NO BRASIL. Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: orientações para as organizações políticas e a cidadania. Equipe de País da ONU no Brasil: plataforma de voluntariado online da ONU, 2018.

TEIXEIRA, Márcio A. C. Apontamentos do Diagnóstico Participativo de Empreendimentos Econômicos Solidários. São Luís, 2022 [Relatório].

VERDEJO, Miguel Exposito. Guia Prático do DRP. Brasília: MDA, 2010.